

Agora 299 produtos com preços sob controle

O pãozinho de 50 gramas sobe hoje de Cr\$ 15,00 para 24,00 (mais 60%). Ao mesmo tempo, entra em vigor a Portaria nº 16 do CIP (Conselho Interministerial de Preços), elevando de 273 para 299 o total de produtos industriais ou de serviços sob controle, e que de agora em diante não poderão ter seus preços reajustados em mais de 80% da variação das ORTNs "expurgadas", no período considerado. Anteriormente, o limite de reajuste era de 90%.

Segundo a portaria, assinada pelo secretário-executivo do CIP, Luiz Bustamante Sá, "os preços-base (...) não poderão ser superiores aos da última lista de preços protocolizada no CIP ou de outro documento comprobatório, a critério do CIP". Adverte que "o reajuste, ainda que aquém do percentual estabelecido (...), só poderá ser aplicado desde que tenha ocorrido efetiva elevação de custos que o justifique".

As empresas fabricantes dos produtos e prestadores dos serviços constantes da lista anexa à Portaria nº 16 "não poderão cobrar, no caso de venda a prazo, acréscimo sobre o preço à vista superior a 6% ao mês". Um técnico da Seap (Secretaria Especial de Abastecimento e Preços) disse que isto significa um tabelamento dos juros para as vendas no atacado. Normalmente, as empresas são autorizadas a incluir, no preço, um percentual previamente definido, quando se trata de vendas para pagamento em 30 dias. Este percentual, que era de 4,5%, subiu agora para 6%.

A lista inclui desde alimentos e bebidas, veículos e autopeças, produtos elétricos e eletrônicos, fertilizantes, produtos de higiene e limpeza, papel e embalagens, produtos químicos e petroquímicos, até materiais para construção, produtos minerais, metalúrgicos e siderúrgicos. No item serviços, estão relacionados "frete rodoviário, hotel, locação de serviços de manutenção e assistência técnica de máquinas copiadoras, máquinas para escritório, máquinas e equipamentos de computação e de programa-produto".

O chefe da Seap, José Milton Dallari, comentou que a portaria significa a contribuição da indústria ao esforço de contenção do processo inflacionário.

Ele justificou a inclusão de mais 26 produtos e serviços na lista de 273 itens que vigorava desde a edição da Portaria nº 13, em fevereiro, dizendo que estas mercadorias mantiveram preços acima da inflação nos últimos meses. A Portaria nº 13 deveria vigorar até 30 de agosto. Já a Portaria nº 16 não fixa data para o final de sua vigência. José Milton Dallari disse que a idéia é manter o tabelamento pelo menor tempo possível, até que a inflação entre em declínio.

Como a portaria já está em vigor, os preços dos produtos e serviços listados não poderão crescer, este mês, acima de 6,24%, que corresponde a 80% da variação nominal da ORTN de julho, divulgada anteontem já com o expurgo.

O chefe da Seap disse que o governo está preocupado com o controle de preços a nível de consumidor, tendo em vista evitar que a indústria, sendo contida, tenha seus produtos, oferecidos ao comércio, vendidos a preços bem mais elevados.

Ele citou o caso dos remédios: a indústria ficou sob controle, mas o comércio não, e passou a praticar preços incompatíveis com as mais razoáveis margens de lucro. A partir de uma reunião com os dois setores, ficou definido que o comércio não elevaria seus preços acima do teto permitido para a indústria. É possível, segundo ele, que o mesmo ocorra em relação a outros setores, examinando-se caso a caso.

Ele disse que um grupo organizado com representantes da Seap, Sunab e CIP está selecionando alguns setores do comércio para iniciar sua ação, com o propósito de evitar aumentos especulativos e injustificáveis, tendo em vista o controle estabelecido sobre o setor industrial correspondente.

Carne

Anunciou, para os próximos dias, a definição sobre a formação do estoque regulador de carne, informando que deverão ser estocadas cerca de cem mil toneladas, com recursos que serão obtidos do orçamento monetário, cujo montante está sendo definido, agora, no Ministério da Fazenda.

Segundo Dallari, embora caiba aos frigoríficos e à indústria a responsabilidade da estocagem, o governo terá a atribuição de alocar, onde achar de sua melhor conveniência, cerca da metade do volume de carne destinado ao consumo interno. Ele acredita que, a partir da intensificação das compras para estocagem, o preço da carne tenda a subir a nível de consumidor, o que classificou de um fato normal, tendo em vista que haverá uma certa escassez.